

Coleção Malungo

Mário Maestri (Org.) (2010)

Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil, Tomos I & II. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo

José Capela*

p. 275-282

Tendo Mário Maestri como coordenador, a coleção reúne em dois volumes um conjunto de 18 estudos contemplando tema tão vasto como é o da economia pastoril no Brasil. Prevalecendo como questão central posta à generalidade dos textos a mão-de-obra utilizada, dir-se-ia que será ela que, ao longo das páginas, será evidenciada, fazedora que é da economia na base da formação das grandes sociedades nacionais que são a América Latina. As condições de todo o género em que se desenvolveram tais civilizações e a economia que as sustentou constituem um universo historiográfico e histórico porventura sem precedentes nas dimensões do espaço e do tempo em que se desenvolveu. Por igual na diversidade do concurso humano que envolveu. Que tal hierarquia tenha sido respeitada na curiosidade da abordagem de tema prolixo é uma primeira constatação assinalável. Se a dispersão e, talvez, uma certa ilusão aparente do domínio da universalidade do processo em análise terá resultado em alguma superficialidade, em contrapartida ganhamos a consciência da extraordinária dimensão abrangida pela curiosidade historiográfica aí manifestada. Página a página somos incentivados a prosseguir e vamo-nos dando conta da inovação com que esta contribui para a modernização da historiografia brasileira que também é da América Latina e, de alguma maneira, de Portugal.

Desde logo, as contribuições que preenchem os dois volumes da *Coleção Malungo* subordinadas ao acima titulado apresentam-nos um panorama económico, ambiental, social e histórico que não careceria ela dos muitos outros atractivos que a tornam irrecusável, para além da designação emblemática: *Malungo*. O dicionário de Caldas Aulete é esclarecedor: “Nome, com que se designam reciprocamente os Negros que, no mesmo navio, saem da África (Bras.)”. Em línguas bantas do sudeste africano versões como *Muntu*, *Mulungo*, *Muzungo* designam Deus, senhor, a pessoa humana, assim como a força universal cósmica presente na raiz comum da designação de outras categorias tais como “coisa”, “lugar” e “tempo”. Pivotal na cosmogonia banta, os africanos escravizados, caminho das Índias Ocidentais, com ele blindaram a dignidade e a consistência da sua identidade.

A dimensão do tempo, dos espaços físicos, das suas economias, das sociedades que as promoviam, não são passíveis de interpretação fácil. É nessa dimensão que se insere a

* CEAUP.

mão-de-obra escrava, condição essencial à existência e ao desenvolvimento do universo em causa. Que tal tipo de mão-de-obra se tenha historicamente demarcado a si mesmo na transumância da imigração forçada, da forma como o fez, é algo invocador da nobreza intrínseca manifestada nos antípodas palpáveis da degradação a que estava a ser sujeita. Desde logo a omnipresença da mão-de-obra escrava em todo o tempo e espaços considerados. O que muito bem e adequadamente se reflecte ao longo dos escritos da *Coleção Malungo*.

Sobre o Plata e o Rio Grande do Sul

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos analisa *A Economia agropastoril no Brasil*

Resultado de pesquisa que, a partir de 2007, se propunha estudar a história da produção pastoril, de 1780 a 1930, no Piauí, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde essa produção foi predominante. Desde logo e para quantos limitam o universo da prestação do trabalho escravo às culturas do açúcar, do café e à mineração, as surpresas das Reduções, concentrações de índios em pequenos povoados, com garantias de protecção contra a *encomienda* e a escravidão. As Missões organizadas em unidades políticas e produtivas garantiam a posse da terra. Júlio Ricardo Quevedo conclui que “a economia agropastoril missioneira, baseada no trabalho comunitário e autosuficiente, permitiu que os guarani-missioneiros fossem os protagonistas e beneficiados pelo êxito socioeconómico em uma formidável experiência sem precedentes na América Espanhola”. Economia pastoril missioneira em oposição ao modelo colonial português com base na escravatura.

Mário Maestri em as *Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul*

descreve-nos como, a partir da perda do mercado da costa do Brasil com o fim da União Ibérica, o porto de Buenos Aires ficou limitado à exportação dos couros. A União Ibérica facilitou a redes e a inserção dos escravos africanos no Rio da Prata onde se verificava grande carência de mão-de-obra. Em 1805, 30% dos moradores de Buenos Aires eram africanos ou afro-descendentes. Desde os começos do século XVII a economia do Plata tinha como base os couros e derivados e, em finais do século seguinte, eram a sua grande exportação. Mas já nos princípios do mesmo século XVII as autoridades de Buenos Aires legislavam sobre a caça livre de gado que se fazia em capturas de milhares. No século seguinte há notícia de recolha de 40 000 a 50 000 cabeças levada a cabo durante três meses envolvendo 1 600 cavalos (dez por cavaleiro). Operações de caça para obtenção de couros, sebo e graxa prolongavam-se por mais de um ano. Descreve-se como o grande capital se apoderou da *vaqueria*, agenciando ou tomando de arrendamento as “*caçadas dos couros*”. Os couros europeus não tinham possibilidade de competir em preço com os americanos.

Eduardo R. Palermo, “*Como continuacion del Rio Grande del Sur*”: la hacienda sul-rio-grandense esclavista en el norte uruguayo (séc. 19)

A atracção exercida pelas extensões até Rio da Prata seria satisfeita com a doação de 35 sesmarias a soldados e oficiais das tropas portuguesas, em 1822/23. Também aí se encontram os africanos e afrodescendentes que constam de censos ao longo do século XVIII. As vicissitudes bélicas no Uruguai e a proibição de tráfico negreiro internacional a partir de

1850 levaria a verdadeira caça de antigos escravos para venda na fronteira com o Brasil que se prolongaria no tempo e tomaria formas diversas. O prolongamento da escravatura de facto em territórios do Uruguai e do Rio da Prata e a sua transumância ao longo das fronteiras não está suficientemente esclarecida, não obstante o valioso contributo que Palermo tem dado ao estudo deste facto histórico.

Newton Luiz Garcia Carneiro, *No Extremo Sul, uma elite diferenciada*

Se a abordagem anterior incide prioritariamente na população escrava e sua descendência, a de Newton Carneiro contempla o que designa elites pastoris sul-riograndenses. Elites essas que, ao longo do século XIX, terão estabelecido um Estado dentro do Estado uruguaio. Abrangendo uma população de cerca de 40 000 pessoas entre as quais se contavam milhares de escravos que assim subsistiam em um estado onde a escravidão havia sido abolida.

Estâncias fortificadas

Encabeçadas pela arquitecta e urbanista, mestra e Doutora em História Ester J. B. Gutierrez, os investigadores Claude Daiane Garcia Molet, Daniele Behling Luckow e Simone Rasmussen Neutzling, proporcionam-nos um panorama dilatado da ocupação colonizadora de Jaguarão, a sul do rio Piratini, Rio Grande do Sul, linha de fronteira com o Uruguai. O que nos permite acompanhar de perto como se processou a colonização dessa parte do Rio Grande do Sul tão tarde como em finais do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte. Não deixa de se revestir de não pouca curiosidade constatar que o contrato enfiteútico, de origem medieval, tenha sido implantado no vale do Zambeze, sudeste africano, no século XVII, como instrumento de colonização, que aí tenha prevalecido para além de meados do século XIX e que, a décadas da sua extinção em África, venha a ser utilizado no Brasil. Nessas *estâncias*, como sempre, os escravos. São descritas várias conforme a situação actual, descrições ilustradas com imagens de edifícios dos quais ressalta a arquitectura herdada dos solares e das casas abastadas de lavoura do noroeste portugueses. Também fortins de estâncias. Não é despreciando de interesse o “quadro de bens inventariados de seis estanceiros em Jaguarão” referido a 1816-1865: os bens inventariados são, por igual: cativos, reses, vacas leiteiras, bois, novilhos, cavalos, éguas, potros, capões, ovelhas, imóveis. O proprietário que dispõe de maior número de cativos, 54, é senhor de 17 400 reses e o que dispõe de menos cativos, 7, conta 145 reses.

Sobre o Mato Grosso

Maria do Carmo Brazil, em *Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão*

Após referências históricas genéricas, em capítulo dedicado a “Família e Igreja” a autora insere a questão do escravismo no contexto da extinção do tráfico (1850). O que faz recorrendo ao comportamento de clérigos no desempenho de funções em que estão investidos ou do comportamento pessoal. Os senhores de escravos, adaptando-se à nova situação, vão alforriando os escravos e o padre Francisco de Sales Sousa Fleury, personalidade de grande

autoridade no meio social, promoveu a liberdade de muitos deles, tendo sido primeiros os de sua casa. Tal como em outros locais, nomeadamente em África, as alforrias eram condicionadas: os escravos ficariam a servir os senhores, neste caso até perfazerem 30 anos de idade.

Elaine Cancian com *Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (séc. 19)*

O desenvolvimento do Mato Grosso do Sul apenas terá ganho perspectiva em finais do século XVIII quando os criadores de gado promoveram as grandes propriedades rurais destinadas à pecuária. A mesma ocupação do território onde viria a edificar-se a cidade de Miranda apenas surgiria em 1797. O forte e as construções iniciais eram de pau-a-pique. Em meados do século XIX os habitantes de Miranda não ultrapassavam as duas centenas e eram brancos, caburés, nativos, mulatos e negros. As casas de barro e palha. No início do século XIX contavam-se por milhares os animais de rebanhos de gado vacum e cavalos abandonados pelos jesuítas e espanhóis no Pantanal do Mato Grosso do Sul com a extinção das reduções dos jesuítas. À volta de Miranda extensas pastagens que alimentavam o gado foram ocupadas por criadores oriundos de outras paragens. A década de trinta conheceu novo desenvolvimento na criação de gado que se prolongou até 1910. A assinalar o facto de este desenvolvimento pecuário na parte sul de Mato Grosso ser acompanhado pela omnipresença da mão-de-obra escravizada nas fazendas. As dimensões bíblicas de espaços, rebanhos, tempos e o mais legitimam a enumeração quase minuciosa de fazendas com proprietários, dimensões, culturas, animais e valores respectivos. Há subtítulos quase incidiosos: “jóias, cativos e engenho”; “porcos, cavalos e cativos...”.

Paulo M. Esselin, *A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense*

De entrada, uma descrição geográfica do Pantanal, explicitado o processo de ocupação do mesmo pelos espanhóis que mais não pretendiam que o acesso às ricas minas de prata dos peruanos e a ocupação geopolítica estratégica que permitisse impedir os portugueses de atingirem as riquezas dos metais do Peru pela rota de São Paulo. Referindo, de seguida, o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense pelos espanhóis, o autor recua até aos começos do século XVII e à fundação da que seria a cidade de Santiago e Xerez, atacada e quase destruída pelos indígenas imediatamente após a sua edificação. Também a presença dos padres jesuítas a partir de 1628. Com eles as reduções, por sua vez as mutações civilizacionais que provocavam, nomeadamente na implementação pecuária. Aí se verificaram as invasões dos colonos sobre as reduções, destruindo-as. Também os bovinos e equinos abandonados acabaram por contribuir para o desenvolvimento da pecuária sul-mato-grossense. Nos começos do século XIX, o Pantanal tinha extensas pastagens e rebanhos devolutos assim como outras boas condições para ocupantes do espaço. A região foi invadida por famílias e grupos que vieram a transformar-se em “senhor de engenho” ocupantes de grandes áreas. Proliferaram as fazendas com centenas de milho de hectares. Descrição pormenorizada dá-nos conhecimento da evolução da propriedade e da prestação de trabalho assim como das formações sociais emergentes em tal universo. O processo de expropriação dos indígenas da sua terra e do seu gado de par com o surgimento dos latifúndios. Finalmente, o desenvolvimento das charqueadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, século XX adentro.

Sobre o Piauí

Solimar Oliveira Lima, *Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí*

Finais do século XVI a produção de açúcar estava implantada no litoral nordestino. Um engenho requeria largos cabedais, equipamentos específicos, trabalhadores especializados oriundos da Europa, trabalhadores escravizados, estes um quarto do capital fixo da empresa, grandes extensões de terras. Os “senhores de engenhos” formavam uma elite dispendo dos melhores processos produtivos e os simples «lavradores» apenas plantavam a cana. A ocupação do território do Piauí e a inserção do trabalho escravizado na estrutura social em formação. As coroas portuguesa e brasileira terão desenvolvido os cativeiros inclusive através das sesmarias como foi o caso de fazendas no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro, além do Piauí. Em finais do século XVIII verificava-se uma diversificação de actividades incluindo o que é designado como agricultura mercantil, para tanto recorrendo a meios herdados da pecuária: o latifúndio e o trabalho escravizado.

As Fazendas Pastoris e a Escravidão no Ceará e nos Tocantins

Luís Mott, *A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818)*

De alguma maneira pormenorizando o anterior, este estudo regressa à “descoberta” do Piauí e à produção do açúcar como alicerces sobre os quais se edificou um mundo. Referência às sociedades indígenas com as quais os europeus se foram defrontar, “37 nações indígenas agressivas”, fazem duas linhas do texto. A expansão dos canais como que avassala o espaço disponível. E não obstante a necessidade de manter a criação do gado bovino e cavalari como alimento básico da população, também meio de transporte e força motriz dos engenhos. Atenção particular é emprestada à população imigrada, nomeadamente a que acudiu ao Piauí fugida à estagnação da economia canavieira, no século XVIII: criminosos, insolentes, falidos, pretos parte em cativo parte fugitivos, raríssimos os reinóis. Em uma *Composição da população do Piauí quanto à cor, em 1722* registam-se apenas 1131 índios, 5,9% do total que, além dos indígenas conta brancos, mestiços e negros. Mais do que a quantidade é a omnipresença dos escravos no início da colonização do Piauí. Das 129 fazendas existentes em 1697, 109 dispunham de escravos, sendo seis o maior número em fazenda. Menos de um século passado, em 1762 o panorama alterara-se substancialmente e um engenho regular dispunha em média de alguns 200 escravos. O absentismo do senhorio era generalizado muito para além do Piauí.

O autor assinala a feroz resistência dos índios à invasão das suas terras, em contraposição a corrente historiográfica brasileira de sentido inverso.

Adelmir Fiabani, *Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins*

Referindo o norte de Goiás, estado de Tocantins após 1988, palco de confrontações frequentes entre os fazendeiros e os sem-terra. Também aí a colonização começou com os criadores de gado. A descoberta do ouro, no século XVIII, proporcionou-lhe a ocupação e o desenvolvimento. Estão documentadas concessões de terras a partir de 1659. No século XIX, na pecuária, vai-se diluindo o trabalho escravo e tornando prevalecte o trabalho livre.

As Fazendas Pastoris no Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Andreia Oliveira da Silva, *“Coitado do home”: O posteiro em fins do século 20 no norte do Rio Grande do Sul*

Posteiro, “uma categoria social tradicional da economia pastoril sul-rio-grandense”, nos séculos XIX e XX, era personagem com moradia, horta e algum gado, em lindes da propriedade controlando entradas da mesma e vigiando fugas de gado e de cativos. Assalariado ou fazendo sua roça na terra do senhor. Autores referem-se-lhe com a designação de *capataz*. Que se tenha guindado a figura com especial representação no percurso da sociedade e da história rural brasileira, atesta-o a presença inofismável na historiografia e na literatura, se não, e por igual, na lenda. A cercadura das terras e a evolução nas condições da prestação de trabalho ditaram a extinção de personagem relevante na sociedade rural do Rio Grande.

Helen Scorsatto Ortiz, *A apropriação da terra no Brasil: da Lei de Sesmarias à Lei de Terras (1532-1850)*

Uma das mais curiosas trasladações da colonização portuguesa a oriente e a ocidente foi a da distribuição das terras: através do contrato enfiteútic, nomeadamente concessão de prazos e sesmarias. No vale do Zambeze, actual Moçambique, prevaleceram os “Prazos da Zambézia”², no Brasil as Sesmarias. A instituição feudal era assim transplantada para o sudeste africano, a partir de Goa, em cujo estado se inseriam as capitánias de Sofala, de Rios de Sena e de Sofala, actual Moçambique. O que se pretendia era atrair reinóis para aquela parte de África com o engodo das terras tituladas em senhorios femininos, as donas, com quem esses mesmos reinóis casariam. Não foram europeias as titulares dos prazos no vale do Zambeze mas mestiças da mais variada mestiçagem. A atracção de reinóis foi rara e as donas, tendo, em muitos casos, senhoreado as terras, não menos terão senhoreado as sociedades locais. Se a sesmarias, no seu carácter inicial, eram as terras abandonadas e por que abandonadas cedidas a quem se dispunha a cultivá-las, no Brasil terão sido a porta aberta para a conquista das mesmas, muitas delas ocupadas pelos indígenas. As experiências da Madeira e das costas de África induziram os portugueses, uma vez no Brasil, a explorarem as grandes áreas à mão, condição indispensável à monocultura para o mercado externo. Também a escravidão. O envolvimento desta na evolução que teve a instituição das sesmarias até ao seu desaparecimento está explicitado ao longo do texto que nos conduz até meados do século XIX.

Fabiano Teixeira dos Santos, *Fazenda serrana: arquitectura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19*

Restringido a área ao chamado Planalto Serrano, na divisória dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, subsistem construções das antigas propriedade rurais. A casa grande, currais e outras construções. Abordagem limitada de uma arquitectura rural reduzida à mais extrema simplicidade, não obstante exemplares onde se evidencia a inspiração das congéneres do noroeste português. Estas construções utilizando materiais como as rochas basálticas e areníticas. Outras, como a araucária, mantendo o mesmo porte e traçado,

2 Allen Isaacman, *The Africanisation of a European Institution The Zambezi Prazos, 1750-1902* (Wisconsin: University of California Press, 1973).

susceptíveis de prestarem agasalho e comodidade idênticos às anteriores mas incapazes de traduzirem a presença pró-solarenga que se adivinha nas primeiras. Contribuição importante para uma perspectiva de carácter estético e social da sociedade rural dominante no período referido.

Paulo A. Zarth, *escravidão nas estâncias pastoris da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*

Começando por referir uma historiografia que alimentou o mito da benignidade da situação da escravatura no Rio Grande, passa à inversão de tal perspectiva a partir da tese de doutoramento de Fernando Henriques Cardoso, em 1960. Com estatísticas, vai-nos apresentando a presença do escravo no charque, no pastoreio, nas oficinas, nos criadores de gado. Antes da abolição do tráfico internacional, em 1850, o preço de um escravo era de 200\$000 e 400\$000 réis, cerca de um a dois anos de salários de um peão. Após a abolição os preços subiram até 1 600\$000 réis, cerca de oito anos de salário de um peão. Prevalecem dúvidas sobre as exactas funções dos escravos, se *campeiros* ou não. A abolição da escravidão, em 1888 parece não ter apoquentado nem os criadores de gado nem as indústrias do Rio Grande.

Mário Maestri, *O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense*

Começando pela ideologia, mito e história da economia pastoril, o autor põe-nos a par da mistificação historiográfica que idealizou o universo da fazenda pastoril rio-grandense. Só em finais dos anos 70 do século passado é que foram dados a conhecer registos oficiais relativos a 1858 de onde consta a maioria dos cativos relativamente aos capatazes e piões livres e cativos nas estâncias do município de Legrete, em que os últimos eram maioria absoluta. Apresenta a fundamentação de uma historiografia que partia da incapacidade genética da mão-de-obra escrava africana para desempenhar as funções exigidas pela produção charqueadora.

Passando à evolução da produção pastoril no Sul, introduzida pelos jesuítas na margem oriental do Rio Uruguai e pelos espanhóis na margem setentrional do Rio da Prata. Desenvolveu-se localmente toda uma técnica de montaria ao gado pela carne e pelo couro, a técnica da doma em campo aberto, enfim tudo o que respeitava à lide e ao proveito das grandes manadas de gado terá sido, segundo o autor, invenção dos cavaleiros missioneiros e pampianos. As técnicas adoptadas para reduzir o todo de cada animal a couro para exportação, o mais grosso, o mais pesado. Na segunda metade do século XVIII exportavam-se couros a partir de Rio Grande, Montevideu e Buenos Aires. A concentração dos animais nos rodeios, nas grandes fazendas *rodeios gerais* três vezes ao ano, para “*marcar, beneficiar, tropear*”. Segue-se descrição pormenorizada de *Costumes rio-grandenses*, os meios utilizados para demarcação das lindes das enormes propriedades, a *baixa produtividade-rentabilidade* da fazenda crioula sulina, a percentagem de cabeças vendável anualmente – *desfrute animal*.

Regressando ao tema da mão-de-obra, tanto a livre como a escravizada, nos séculos XVIII e XIX, era escassa e cara. Os salários elevados. Os preços dos escravos subiram astronomicamente após 1850. Ao longo dos diversos *items* titulados surge o cativo abordado

relativamente às suas capacidades de adaptação, nomeadamente as tarefas mais pesadas, as de *campeiro*, uma vez que carecia da experiência do pastoreio extensivo montado, inexistente em África. No entanto eram adaptados para se industriarem nessas tarefas. A parte final da exposição analisa aspectos diversos da produção pastoril, sendo geralmente presentes referências alusivas à mão-de-obra, nomeadamente a mão-de-obra cativa.

Lucas Caregnato (2010). *A Outras Face A Presença de Afro-descendentes em Caxias do Sul 1900 a 1950*. Caxias do Sul, RS: Editora Maneco

Não fazendo parte da *coleção Malungo*, de alguma maneira integra-se no espírito que a moldou. Recuperando nos afro descendentes a intervenção do segmento de origem africana na formação daquilo que poderíamos enunciar como a civilização brasileira. Em área onde prevaleceu a imigração de origem italiana, a presença da mão-de-obra de ascendência africana, na primeira metade do século XX, duas décadas após a abolição da escravatura, não deixa de alimentar curiosidade peculiar. Em contexto histórico que exigia a inovação dos meios de desenvolvimento do país subtraindo-o ao latifúndio e à monocultura, uma vez abolida a escravatura, a imigração de origem europeia afigurava-se como a solução. Os afro-descendentes, se aí não sofreram o estigma da escravidão, sendo proibido o trabalho escravo na Colónia, ao longo do tempo não deixou de se desenvolver uma rivalidade entre os grupos étnicos oriundos dos imigrantes e os de afro-descendentes. A forma como o autor distingue a comunidade oriunda da imigração *versus* a comunidade de afro-descendentes, a primeira detentora dos meios de produção e a segunda mera prestadora de trabalho, é esclarecedora acerca de uma herança histórica e do tipo da sociedade ali em formação. Se, por um lado, se apresenta repetidamente a paridade do que é designado por *negro* a trabalhar ombro a ombro com o imigrante branco, por outro lado, é evidenciada a atribuição de profissões socialmente com estatuto menos nobre serem preferencialmente desempenhadas pelos negros. É o caso dos *tropeiros*, os *almocreves* portugueses. Em anexo, entrevistas a afro-descendentes ilustram a exposição.